

TRABALHO DE CAMPO: METODOLOGIA ESSENCIAL PARA O ENSINO DA CIDADE DE CACHOEIRAS DE MACACU E DO RIO MACACU

Victor Gabriel Monteiro e Souza
UERJ-FFP
victorgabrielms.geo@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar a importância da metodologia do trabalho de campo para estudo da cidade de Cachoeiras de Macacu e do rio Macacu no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes de duas turmas da 1ª série do Ensino Médio do curso de formação de professores do colégio Estadual Maria Zulmira Torres (Cachoeiras de Macacu-RJ), tendo como sujeitos do processo os próprios alunos. O trabalho de campo em questão, foi uma das metodologias utilizadas em uma sequência didática elaborada pelo autor no ano de 2015. Como resultados notou-se a importância do ensino da cidade, à luz da Geografia e do trabalho de campo, o que possibilitou (e ainda possibilita) uma aprendizagem significativa aos estudantes, pois ao trabalhar com as práticas educativas sobre a cidade articula mais o conhecimento do indivíduo.

Palavras-chave: Trabalho de Campo; Ensino de Cidade; Cachoeiras de Macacu.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto, inicialmente, da necessidade de se pensar o espaço urbano de Cachoeiras de Macacu concatenado à prática educativa, isto é, ao ensino de Geografia. A pesquisa resultado de uma construção coletiva do saber na interface entre a Geografia, História e Pedagogia. Neste sentido, Silva (2014, p. 22) diz a produção do conhecimento científico é sempre coletiva, por isso a importância de a história do conhecimento científico e filosófico. Por sua vez, o conhecimento científico faz parte de outras formas de produção de conhecimento e de leitura de mundo.

Essa produção coletiva também se dá entre a Universidade e a Escola. Muitos são os geógrafos e professores de geografia que se preocupam e se dedicam ao ensino de geografia e ao desenvolvimento de metodologias adequadas à geografia escolar. Além disso, é perceptível a aproximação um pouco maior da Universidade com a Escola materializada, por exemplo, entre outros projetos, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Portanto, há uma crescente produção relacionada às temáticas do ensino de geografia, pautadas em diferentes segmentos teórico-metodológicos, e à formação continuada dos professores de Geografia. Nesse sentido, o trabalho em conjunto Universidade-Escola é extremamente importante, já que permite a abertura de novos horizontes ao profissional da educação em sua prática educativa.

O presente trabalho tem como objetivos analisar a importância do estudo da cidade de Cachoeiras de Macacu e da bacia hidrográfica do rio Macacu para as aulas de geografia e descrever e analisar uma prática do trabalho de campo específica realizada a partir de um conjunto de ações pedagógicas/seqüências didáticas realizadas no segundo semestre de 2015.

A pesquisa desenvolveu-se no Colégio Estadual Maria Zulmira Torres entre os meses de agosto e dezembro de 2015. O colégio localiza-se no bairro Santa Luiza (Goiabal) próximo ao Centro de Cachoeiras de Macacu-RJ. Ele foi fundado em 30 de agosto de 1968, portanto é uma instituição de ensino muito conhecida e reconhecida pela comunidade macacuana.

Até esta década o Colégio Estadual Maria Zulmira Torres oferecia vagas para alunos do ensino fundamental (anos finais) e para os alunos do ensino médio nos cursos normal (formação de professores) e geral. O colégio funcionava nos três turnos até o ano de 2016. Entretanto, atualmente o curso de formação geral do período noturno não é mais oferecido desde o ano citado anteriormente. O mesmo ocorre com o curso para o ensino fundamental no turno vespertino, sendo a última turma desse segmento (9º ano) em 2017.

Atualmente a unidade de ensino funciona em 2 turnos, matutino e vespertino, e, segundo a sua secretaria, tem cerca de 370 estudantes matriculados no ano de 2018, sendo 223 alunos do Ensino Médio do curso de formação geral, divididos em 8 turmas, e 147 alunos do curso normal (formação de professores). Ressalta-se que o curso de formação de professores tem duração de 3 anos e é semi-integral, isto é, os estudantes têm aulas nos dois períodos do dia. O colégio concede merenda 3 vezes por dia, sendo 2 lanches e uma refeição (almoço). O Maria Zulmira Torres ainda dispõe de aproximadamente 40 professores.

Optou-se por trabalhar com duas turmas do primeiro ano do ensino médio do curso normal (formação de professores). Essa escolha foi estratégica, pois além de ser um curso de formação de professores no qual os estudantes possivelmente atuariam na educação infantil e/ou no primeiro ciclo do ensino fundamental, profissionais esses que trabalham as primeiras noções da geografia escolar, o currículo primeiro ano do ensino médio dá ênfase aos conhecimentos referentes a geografia física e a cartografia e nesse sentido os educandos possuem conhecimentos do seu cotidiano na vida escolar e na vida secular.

Os estudantes de ambas as turmas tinham entre 14 e 15 anos de idade de diversas localidades do município, podendo citar os bairros Boa Vista, Estreito, Guapiaçu e Santa Maria. Participaram da pesquisa cerca de 50 estudantes.

2 O ENSINO DA CIDADE DE CACHOEIRAS DE MACACU

Sabe-se que o ensino de geografia deve proporcionar a aprendizagem significativa ao estudante ao longo de seu processo de formação. Para tal, vem se rompendo com visões fragmentadas da disciplina e, paralelamente a isso, está se trabalhando a prática educativa a partir dos conhecimentos prévios do aluno, seja a partir de seu lugar e de seu arcabouço conceitual inicial, e da intervenção do educador.

Pensar articuladamente a cidade (e município) de Cachoeiras de Macacu e a bacia hidrográfica do rio Macacu são grandes desafios, visto que apesar de muitos esforços, há ainda carência de pesquisas nos campos de Geografia e de História. Para fazer justiça aos pesquisadores e professores comprometidos a refletir sobre o município, cita-se, em primeiro lugar, o professor e historiador Vinícius Maia Cardoso que é uma das grandes referências da historiografia local e regional que busca em suas práticas pedagógicas trazer elementos da história de Macacu. Seguindo, cabe mencionar a atuação do Clube da Esquina Sociedade de Amigos do Centro de

Documentação de Cachoeiras de Macacu que desde 2015 tenta promover de forma voluntária o incentivo à pesquisa em História e Geografia a partir do acervo do Centro de Documentação de Cachoeiras de Macacu.

O grupo, do qual o autor deste trabalho também é integrante, elaborou e encaminhou a Câmara de Vereadores do Município o projeto de lei de criação do centro de documentação no início do ano de 2018. Em seguida destaco a atuação da professora Maria Inês Monteiro Pereira pela publicação da obra “Estudando o município de Cachoeiras de Macacu” (2003) através da Secretaria Municipal de Educação no qual aborda informações sobre o município a partir da Geografia e da História. Abreu (2017) aborda justamente isto quando diz que nas últimas décadas a preocupação com a memória e a histórica local, assim como o fomento ao seu estudo, aumentaram significativamente. Apesar disso, nota-se uma certa inércia nos municípios sobre o efetivo incentivo ao trabalho de pesquisa.

Por último, destaca-se a importância do trabalho dos profissionais da Reserva Ecológica do Guapiaçu (REGUA), a partir do projeto Guapiaçu Grande Vida que realizam cursos para professores e interessados que viabilizam a reflexão sobre a sub-bacia do rio Guapiaçu numa visão interdisciplinar entre a Biologia e Geografia. Além deles há outros professores e pesquisadores que refletem sobre o município inclusive em suas práticas de ensino.

A cidade, assim como qualquer temática ou conceito, para ser significativo, para contribuir ao ensino de Geografia, deve ser construído a partir dos conhecimentos prévios e da realidade do aluno e confrontado a partir das bases da ciência geográfica. Desse modo, Cavalcanti (2012, p. 58) sugere pensar a cidade como arranjo espacial, ou seja, discute-se o que caracteriza a cidade do ponto de vista da organização da paisagem; a cidade como modo de vida que é o resultado de uma determinada prática social e ao mesmo tempo uma condição dessa prática; a cidade como modo de produção, isto é, um arranjo espacial histórico e que corresponde a determinadas formas de organização e da produção social.

Em consonância com o parágrafo anterior Sacramento (2014, p. 106) discorre sobre a importância da mediação do ensino e aprendizagem da cidade:

Para se ensinar a cidade é importante entender como orientar o saber proposto, isto significa dizer, criar condições em que o mediado – os estudantes – conheçam os conceitos e os conteúdos geográficos sobre a cidade, construindo suas próprias dinâmicas, formas de articular os conceitos da sala de aula com o cotidiano.

A autora ainda afirma que os conhecimentos didático-pedagógicos são importantes para se pensar os caminhos, os meios, as formas de como estabelecer o saber e os estudantes (ibidem, ibidem, p. 107). A partir daí, dá-se sentido real à mediação do ensino e da aprendizagem da cidade articulada aos fenômenos espaciais (físico-natural, socioeconômico e cultural) que a compõem atrelado ao tempo histórico.

Da mesma forma, deve-se ter um olhar espacial para o estudo dos aspectos físico-natural da paisagem, que se caracteriza por ser dinâmica e estar na dimensão da percepção Santos (2014), e das dinâmicas da natureza na sua interrelação com o ser humano. Segundo Moraes (2015, p. 275) para que estudo dos aspectos físico-naturais da paisagem faça parte da Geografia Física, eles devem ser analisados numa perspectiva geográfica, tendo o espaço geográfico como objeto de análise da Geografia.

3 A CIDADE DE CACHOEIRAS DE MACACU E O RIO MACACU

Tempo e espaço são duas categorias que são profundamente articuladas, não podendo haver, então, o tempo sem o espaço e o espaço sem o tempo. Ambas estão imbricadas no mundo concreto. Segundo Santos (2012, p. 54) a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se, dá-se sobre uma base material: o espaço e o seu uso; o tempo e o seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. É a partir das técnicas que o ser humano, no trabalho, une o tempo e o espaço. Quando a Geografia estuda o passado é necessário materializar o tempo para conseguir geografizá-lo. As formas morfológicas são a expressão mais direta e concreta da empiricização do tempo. São as normas e/ou formas jurídicas e sociais que dão conteúdo às formas morfológicas, não podendo ser compreendida uma sem a outra (ABREU, 2017, p. 35).

A história do Brasil é a história de um povo agrícola, é uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo, assim como é dele que vem as bases que sustentam a sociedade no período imperial (SANTOS, 2013, p. 19 apud OLIVEIRA VIANNA, 1956, p. 55). Neste sentido, é impossível ao falar de Macacu sem antes de tudo contextualizar os processos de sua sociedade agrária ao longo dos séculos. A história e a geografia do Brasil em movimento não se dão apenas na macro escala, mas sim pela articulação

entre o micro e o macro e no fazer social do homem. É no regional e no local que a sociedade em movimento se realiza e, por consequência, o espaço produz-se socialmente.

O início da ocupação/invasão pelos europeus, no que se compreende hoje como Cachoeiras de Macacu, foi no século XVI. Os processos de interiorização e ocupação de seu atual território deram-se principalmente através dos rios Macacu e Guapiaçu.

No processo de conquista e ocupação do Recôncavo da Guanabara nos séculos XVI, XVII e XVIII, a penetração através dos rios Macacu e Guapiaçu, atravessando o Vale do Macacu em direção aos sertões, serviu como continuidade na ocupação da região fluminense e garantiu a retaguarda na conquista portuguesa na Baía de Guanabara (CARDOSO, 2013, p. 327).

É pertinente fazer uma observação. Não se nega a presença indígena antes e durante à invasão portuguesa. Para abordar tal assunto neste recorte espacial específico seria necessário fontes históricas e bibliografia especializada, o que ainda é escasso. Contudo, segundo afirmam Amantino; Cardoso (2008, p. 81), em termos gerais, no que se refere à relação complexa entre indígenas e colonizadores, a subjugação dos grupos indígenas do recôncavo da Guanabara e seu entorno, mediada pelo conflito direto e os efeitos de uma ‘política de alianças’ dos portugueses com determinadas etnias indígenas, teve papel estratégico no processo de ocupação e colonização.

Houve também a extinção de grupos hostis aos colonos e os resultados dessa conquista, foram a destruição de milhares de indígenas por guerras e disseminação de doenças “europeias”, a tomada de hectares de terras férteis controladas pelos indígenas e o ajuntamento das populações nativas em aldeamentos jesuíticos.

Apesar das incursões portuguesas terem começado no século XVI, apenas em 1697 foi fundada a vila de Santo Antônio de Sá (que deu origem à Cachoeiras de Macacu) pelo então governador Artur de Sá e Menezes. A vila foi criada em um local improvável por ser insalubre e alagadiço como assegura Lamego (1964, p. 197): A existência da vila foi um milagre da persistência do homem em sua luta contra o brejo. O ambiente que circunda a vila é péssimo, devido aos intermínios alagadiços do rio Macacu. Porém a despeito disso, a localização dela era estratégica no contexto do período do ciclo do ouro (ou mineração) nas Minas Gerais.

(...) a criação da Vila se torna circunscrita a uma realidade que abalou a Colônia no final do século XVII: a descoberta de ouro em Minas Gerais. Pode-se perguntar o porquê da vila ser instalada em local tão insalubre e alagadiço, condições que certamente observaram as autoridades da época. Tão evidente é esta observação, que uma simples visualização do local onde a mesma se instalou o comprova, já que a Vila foi erigida em um ponto mais elevado do terreno, ou seja, protegida dos alagamentos provocados pelo regime de águas do Macacu.

A partir da situação de que pelos rios Macacu e Guapiaçu era possível penetrar pelos sertões e atingir as Minas, a situação da vila, estrategicamente instalada na confluência do Guapiaçu, Macacu e Cacerebu se torna objeto de uma racionalidade prática dos portugueses. Tal situação, portanto, explica o local, a época de sua instalação e a pressa da Coroa portuguesa em estabelecer a povoação (CARDOSO, 2016, p. 284).

A base econômica da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu nos séculos XVIII e XIX era a policultura em com destaque para a produção de farinha de mandioca no contexto de uma sociedade escravista. Assim corrobora Cardoso (2013, p. 87) no processo de consolidação da ocupação do Recôncavo da Guanabara e sertões do Macacu, as freguesias da Vila de Macacu constituíram centros de produção de alimentos. Parte da produção era destinada ao abastecimento local e a outra parte era destinada ao Rio de Janeiro. Além da farinha, eram produzidos na Vila outros gêneros alimentícios e seus derivados como a arroz, milho, feijão, açúcar e aguardente (AMANTINO; CARDOSO, 2008; CARDOSO, 2013).

Paralelamente a produção mencionada existia a extração de madeira (a partir do século XVI), na qual era transportada através dos canais fluviais, pois o comércio madeireiro estava intimamente relacionado ao regime das águas dos rios, já que no período de cheias o transporte das mesmas pelos pequenos rios até os portos maiores se tornava mais fácil Amantino; Cardoso (2008, p. 99) e assim abastecia principalmente a cidade do Rio de Janeiro, visto que Macacu era a principal região extratora na capitania real; *fábricas de anil*, sendo 5 unidades em Macacu de acordo com a demonstração de Cardoso (2013, p. 98), atividades ceramistas e o cultivo de café com menor expressão no circuito econômico. Ainda segundo o autor (ibidem, ibidem, p. 99) no final do século XVIII Macacu contava com sólida produção agrícola patrocinada por centenas de produtores, entre estes os senhores de engenho de açúcar e de farinha de mandioca e os lavradores.

Neste cenário, a partir da fonte *Descrição do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu – 1797* citada pelo autor (ibidem, p. 120-128), é possível afirmar que em Macacu as pequenas e médias propriedades rurais predominavam, visto que existiam 27 *senhores de engenho*, 238 *fábricas de farinha* e 649 *lavradores*, sendo que 67,48% (438 lavradores) estavam na condição de sem-terra. A maior parte da população da Vila era formada por pequenos e médios proprietários de pequenos plantéis de escravos ou mesmo nenhum cativo. A riqueza concentrava-se em uma elite diminuta que também produzia os mesmos produtos, só que em grandes quantidades (AMANTINO; CARDOSO, 2008, p. 104-105).

O cultivo da mandioca e a produção de farinha estava intimamente associada ao baixo poder econômico da população de lavradores, visto que era um alimento base e era o principal gênero alimentício que produziam, mesmo que minimamente. Segundo os autores (ibidem, p. 103)

parte das populações que viviam e produziam em Macacu constituía-se de pessoas muito pobres, trabalhando em pequenas extensões de terras próprias ou cedidas. Pode-se inferir que parte dessa produção nem sempre podia satisfazer as necessidades do mercado de farinha, mas apenas garantir o seu sustento.

Outra explicação para a prosperidade da produção farinheira é o fato da adaptabilidade da planta ao solo e condições mais extremas, visto que durante o regime de chuvas havia o transbordo nas planícies de inundação do Macacu e do Guapiaçu, formando, no período de estiagem, vários alagados (brejos). Esses processos, aliados às possíveis infestações de pragas inibiram uma produção intensiva e extensiva da cana-de-açúcar na região especialmente no século XVIII. Entretanto, mesmo em um ambiente pantanoso e insalubre, a Vila de Macacu sobreviveu e até destacou-se na capitania do Rio de Janeiro pela grande produção de alimentos e da atividade madeireira.

A estrutura econômica é a base para a configuração espacial da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu que era formado por núcleos relativamente distantes, sendo eles as freguesias de São João Batista de Itaboraí, Santíssima Trindade, São José da Boa Morte, Santana de Japuíba, além da região da Fazenda e Igreja do Carmo (próximo à atual localidade do Guapiaçu) e o pequeno povoado denominado Cachoeira.

A freguesia de Santo Antonio de Sá, a então sede do “município” (Vila) começou a entrar em decadência ainda no século XIX devido aos casos de febre tifoide pela contaminação da água acumulada após os regimes de chuvas, de malária e possivelmente de febre amarela entre as décadas de 1820 e 1830. Essa situação insalubre teve como consequência a morte de muitas pessoas, o esvaziamento da freguesia e o desmantelamento de sua estrutura produtiva.

Segundo Machado (1998, p. 20) a população de Santo Antônio de Sá era de 19.136 em 1821 e diminui para cerca de 7.000 em 1845. Nesse processo São João de Itaboraí foi elevada à condição de vila e desmembrou-se do seu antigo “município”. A autora defende que em 1868 a freguesia de Santo Antônio de Sá subordinou-se à comarca de Itaboraí e foi extinta em 1920 (ibidem, ibidem). De fato, essa freguesia foi incorporada à Itaboraí, porém paralelamente ao ocorrido, a sede do “município” de Santo Antonio de Sá foi transferida para Santana de Japuíba. Isso demonstra que o antigo município não tinha sido extinto e corrobora para um atípico acontecimento na formação do município. Segundo Cardoso (2016) Cachoeiras de Macacu não foi fundado ou emancipado, entretanto é um município remanescente do antigo território de Santo Antônio de Sá de Macacu, pois não há registro documental legal que sugira tal feito.

Até a década de 1860 os canais fluviais da região de Macacu, e em todo o entorno da Guanabara, desempenhavam importantes papéis no transporte de mercadorias e de pessoas, inclusive na condição de escravos. Destaca-se que no século XIX algumas das embarcações funcionavam à vapor. Antes da ferrovia, o acesso à região a partir do Rio de Janeiro, inclusive por muitos estrangeiros, se dava pela navegação através do rio Macacu, com as localidades mais importantes compreendidas pelo porto de Sampaio, Porto das Caixas, Vila Nova, Santo Antônio de Sá, Ponte do Pinheiro, Santana e Cachoeiras (CARDOSO, 2013, p. 27).

A partir do Macacu podia-se chegar à região de Cantagalo que entre o final do século XVIII e o início do século XIX havia produção aurífera (inicialmente clandestina) e, posteriormente, uma expressiva produção cafeeira. Segundo Marretto (2017, p. 5) os mineradores legítimos¹ com origem no Rio de Janeiro e em Santo Antônio de Sá aportaram-se no em Cantagalo na passagem do século XVIII para o XIX. No desenrolar do povoamento, ligado a doação de sesmarias, houve um fluxo migratório vindo do Recôncavo da Guanabara para povoar e apossar-se das sesmarias nos dez primeiros anos do XIX. Por fim, o fluxo de colonos suíços e alemães completa o povoamento da região (Nova Friburgo) na década de vinte do XIX. Isso demonstra navegação Macacu constituiu um importante papel no processo migratório e de ocupação de Cantagalo e Nova Friburgo, além de sua relevância no circuito econômico do leste da Guanabara.

A partir de 1860 a navegação e as atividades ligadas aos portos fluviais no vale do Macacu começaram a perder importância no circuito econômico, pois neste mesmo ano implantou-se o primeiro trecho da Estrada de Ferro Cantagalo que ligava Porto das Caixas à Cachoeiras. Posteriormente a ferrovia foi estendida até Nova Friburgo e finalmente à Cantagalo. Construiu-se também um ramal que ligava Niterói à Porto das Caixas. O objetivo da construção da ferrovia era para o escoamento da produção do café e outros gêneros alimentícios da região.

A atividade ferroviária fez com que Cachoeiras florescesse economicamente, tornando-se um centro urbano dinâmico caracterizado por ser um importante entreposto comercial e local de parada “obrigatória” para os viajantes. Cardoso (2013) analisou relatos de três viajantes estrangeiros que fizeram expedições no Rio de Janeiro, passando pela região de Macacu, no século XIX. O autor destaca que se trata de olhares que retratam a subjetividade de cada um deles. O relato do alemão Johann Jakob von Tschudi é particularmente interessante, pois é o único que descreve efetivamente *Cachoeira*.

¹ No final do século XVIII havia extração clandestina de ouro em Cantagalo. O ato foi descoberto e envolvidos foram duramente reprimidos. Posteriormente foram enviados à região os “mineradores legítimos”, ou seja, eles tinham o aval do Metrôpole para exercer tal atividade.

(...) Cachoeira possui muitas casas novas de construção leve, grandes vendas e numerosos armazéns. Do distrito de Cantagalo chegam ali diariamente de 500 a 600 sacas de café, que são remetidas para o Rio de Janeiro. Antes da construção dessa via férrea, os fazendeiros eram forçados a atravessar com tropas todo o vale do Macacu até o ponto onde o rio se tora navegável para batelões maiores (CARDOSO, 2013, p. 23 apud TSCHUDI, 1953, p.109).

Na década de 1920 houve outra transferência da sede municipal de Santana de Japuiba para Cachoeiras que deixou de ser vila e foi elevada à condição de cidade. Esse acontecimento foi reflexo do desenvolvimento atividades ferroviária e comercial de Cachoeiras. Processualmente ao longo dos anos a presença da ferrovia e todas as atividades ligadas direta ou indiretamente a ela criaram uma identidade cultural. Segundo Cardoso (2015, p. 135) desde sua implantação, em 1860, a ferrovia contribuiu para a construção de uma forte identidade local e geradora de uma “cultura ferroviária” compartilhada por todos os segmentos sociais, ao menos na sede do Município, permeando o cotidiano dos

macacuano. Essa identidade local gerou uma memória coletiva até os dias de hoje já que os ramais ferroviários foram erradicados em Macacu na década de 1970.

A “memória urbana” é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar (ABREU, 2017, p. 23). Essa memória é construída em movimento a partir da constituição das memórias individual e coletiva, que além de serem subjetivas e heterogêneas, detêm-se, em certa medida na percepção da concretude contida na paisagem dinâmica da cidade e em como um conjunto de atividades econômicas e os movimentos

da sociedade se deram e se dão no processo contínuo da produção do espaço geográfico. Ainda segundo o autor (ibidem, p. 28) cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço.

Dentro da questão identitária de uma cultura local ferroviária, adiciona-se a resistência da população e, por conseguinte, pelas autoridades municipais, na figura da câmara de vereadores, contra a erradicação da ferrovia em Macacu. Vivia-se no contexto da ditadura militar (1964-1985) e apesar do município apresentar desde as décadas anteriores conflitos, especialmente na luta pela terra no campo, não se atribui exclusivamente à repressão dos governos militares às lideranças do setor ferroviário em Macacu à extinção dos ramais ferroviários. A partir da década de 1940 (pós-guerra) o sistema ferroviário foi sentindo gradual falta de investimento e precarização dos ramais.

Na década de 1950 começou efetivamente uma política anti-ferroviária no Brasil, porém isso ganhou envergadura após o Golpe de Estado de 1964, nos governos militares. O

fortalecimento das erradicações das ferrovias se deu, contudo, por meio da criação, em 1966, do Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos – GESFRA, que passou a ter função permanente no comando das operações de desativação de ramais, sendo sua atuação decisiva nesse processo (CARDOSO, 2015, p. 139). Ao longo desse processo, aproximadamente 7.500 km foram desativados no Brasil. Como mencionado, a sociedade macacuana resistiu a essa política durante alguns anos, porém aos poucos a estrutura ferroviária (estações, oficinas, etc.) foi sendo desmontado no decorrer desse período.

Parece nítido que o rio Macacu, no que se concerne ao seu uso e aos processos hidrogeomorfológicos, também é elemento importante na formação da identidade local macacuana. No que se refere ao uso destaca-se dois aspectos básicos, o primeiro é o de abastecimento, e o segundo, a visão subjetiva sobre rio em trechos diferentes e de acordo com o tempo, este último efetivamente molda de certa forma a identidade local.

Neste sentido os trechos que compreendem áreas de florestas e/ou pouco habitadas em geral situadas nos alto e médio cursos dos canais fluviais da bacia estão relacionados ao lazer, ou seja, ao hábito de banhar-se e pescar (neste caso, no passado, também estava relacionado à garantia de alimentação por algumas famílias). Até as décadas finais do século XX esse hábito dava-se no centro da cidade e em seu entorno, atualmente isso pouco acontece, pois, os níveis de poluição aumentaram e a relação das pessoas com o trecho urbano do Macacu mudou.

No aspecto dos processos hidrogeomorfológicos, destacam-se na memória coletiva local as grandes enxurradas do Macacu, especialmente na década de 1960, que atingiram diretamente o coração da cidade. Ressalta-se aqui que não é objetivo desta pesquisa a investigação à fundo da identidade local macacuana, porém considera-se necessário cita-la, pois ajuda a compreender melhor a produção social do espaço geográfico de Macacu. Para aprofundar as relações sociais e identitárias seria necessária outra investigação científica com bases teórico-metodológicas próprias.

Sabe-se que na região da confluência do rio Macacu com o Guapiaçu e Caceribu, onde localizava-se a sede de Santo Antônio de Sá de Macacu, e não muito distante também a freguesia de São José da Boa Morte, existiam vários problemas para o homem relacionados aos processos de inundação natural e a formação de alagados no fundo do vale.

Ainda no século XIX houve a intenção de fazer obras de engenharia que pudessem de fato minimizar os efeitos desses processos hidrogeomorfológicos. Foram propostos a retificação do Caceribu (principal afluente do Macacu à esquerda) fazendo com que as águas escoassem mais

rápido e, complementarmente, a realização de um corte (adutora) do Guapi-açu (afluente da margem direita do Macacu) para o Guapimirim. Possivelmente isso evitaria os grandes trasbordamentos de água no baixo Macacu e a formação de brejos e pântanos entre o Caceribu, o Macacu e o Guapi-açu que, conseqüentemente, diminuiria a propagação das doenças infecciosas (febres de Macacu).

Além disso, a medida reduziria o tempo de navegação dos barcos carregados de café que desciam o rio Macacu, desde Cantagalo e Nova Friburgo (MACHADO, 1998, p. 20). entretanto naquele contexto pouco pôde ser feito, pois, a proposta não foi aceita, visto que a partir da segunda ferrovia.

Apenas na década de 1930 começariam as obras de saneamento não só em Macacu, mas em toda a Baixada Fluminense e da Guanabara. Em sua edição de 1 de maio de 1938 o jorna *A Batalha*² noticiou a análise da imprensa frente as obras de saneamento da Baixada Fluminense, no qual descreveu alguns processos hidrogeomorfológicos, a partir dos conhecimentos obtidos naquele período, as dificuldades da adaptação do homem ao meio pantanoso e os municípios onde seriam realizadas as obras de engenharia:

A baixada fluminense tem uma formação sedimentária. O recuo do nível do mar descobriu-lhe o fundo de tabatinga, sobre as quais as camadas de alluvião, descidas da serra constituíram o littoral.

O nível é, portanto, baixo. Os rios correm com pouca velocidade e pequeno declive. A natureza torna-se, por isto mesmo, hostil, duas vezes hostil: primeiramente, porque não permite á terra produzir; em seguida, porque surprehende o homem afoito, picando-o e immobilizando-o com as febres de máo character. (...) Costa Rego – “Correio da Manhã” – 4-7-36 (...)

O saneamento abrangerá os municipios de Campos, São João da Barra, Macahé, Sant’Ana do Japuyba³, Rio Bonito, Magé, Nova Iguassu e Itaborahy. (...) Julio Barata - A BATALHA – 30-6-36. (A transcrição é fiel a edição original)

Muitos foram os desafios para efetivar as obras de saneamento da Baixada Fluminense. Lamego (1964, p. 296) discorre sobre esse processo:

Seis eram as categorias de problemas enfrentados pelo Departamento a recuperação das áreas alagadas periodicamente pelas marés; a defesa contra as inundações; a dragagem de novos leitos para rios que se perderam em brejais, a ligação permanente das lagoas costeiras com o oceano, a drenagem subterrânea de determinadas áreas e as obras de arte. E em todas elas magnificamente se verificavam definitivos resultados, expoentes de uma técnica precisa e da persistência no trabalho.

² O título da matéria é “Uma iniciativa monumental do presidente Getulio Vargas: o saneamento da Baixada Fluminense analysado pela imprensa brasileira” (A BATALHA, 1938, p. 2) Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=175102&pagfis=15051&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Data de acesso: abril de 2018.

³ Atual Cachoeiras de Macacu-RJ.

Os objetivos das obras na região de Macacu eram evitar as grandes inundações espacialmente na confluência entre os rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu e controlar as “febres de Macacu”. Segundo Machado (1998, p. 29) o saneamento consistiu na construção de uma série de canais e adutoras além de diques marginais aos rios.

As obras de drenagem demoraram quase trinta anos para serem finalizadas e, no final do processo, o rio Caceribu foi separado do rio Macacu. O Caceribu continuou a correr no antigo leito do Macacu e, este, por sua vez foi desviado e anexado ao rio Guapimirim. Além das obras de saneamento, acompanhou-se a construção de *estradas de rodagem, pontes e viadutos de forma a melhorar toda a rede de circulação da Baixada* (ibidem, ibidem, ibidem).

As ações descritas acima afetaram toda dinâmica da bacia especialmente no baixo curso dos canais fluviais mais relevantes, no entanto, as obras do século passado não solucionaram completamente os problemas relacionados às inundações. A Agrovila Bonanza, São José da Boa Morte (região sul do município) sofre sazonalmente com inundação, pois localiza-se na confluência dos rios Macacu e Guapiaçu.

Partindo para as considerações finais, os canais fluviais articulados à ação humana foram muito importantes para a atual configuração e a contínua produção do espaço geográfico macacano, no que se refere ao espaço agrário e ao espaço urbano. Os principais núcleos urbanos do município, em diferentes períodos da história, formaram-se e desenvolveram-se às margens do rio Macacu.

Ao longo do tempo o rio foi perdendo uma de suas funções iniciais, a navegação. Houve, a partir de 1860, uma sobreposição técnica no espaço, a ferrovia, que trouxe outras lógicas políticas e econômicas e uma nova organização no espaço geográfico macacano, a ponto de haver a troca da sede municipal. Pouco mais de um século depois a lógica ferroviária acabara definitivamente (porém, não a identidade local). A rodovia sobrepôs-se à ferrovia, especialmente a partir da década de 1950. É interessante, entretanto, notar que a disposição desses núcleos (Cachoeiras, Japuiba e Papucaia) permaneceu assentado no contorno do canal fluvial, apesar da expansão de seus tecidos urbanos e das mudanças nas lógicas ocorridas com o advento da ferrovia e da rodovia.

As figuras demonstram que o tecido da cidade é modelado no contorno do Macacu. Comparando as duas imagens, nota-se mudanças e permanências ao longo de 70 anos de processos no recorte representado.

Macacu e de duas pontes, porém percebe-se, mesmo em um plano 2d, muitas mudanças na morfologia e, por conseguinte no significado das formas. A mais evidente transformação foi o desaparecimento de todo complexo ferroviário (estação, a linha férrea, a escola e a oficina).

Cada ilha urbana do município formou-se em períodos diferentes e em processos próprios o que não significa a não conexão entre os mesmos. A evidência de tal raciocínio é a materialização disso na identidade local de cada ilha urbana, isto é, Cachoeiras de Macacu, Santana de Japuiba e Papucaia/Ribeira têm símbolos identitários diferentes, assim como os outros pequenos núcleos do município. Entretanto as diferenças e semelhanças de cada um deles formam (em movimento contínuo) o que o município é hoje, ou seja, diversidade formativa espacial em uma unidade municipal atipicamente construída.

A caminho para uma formação cidadã e uma aprendizagem que seja significativa no ambiente escolar é necessário articular os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia e de seu ensino com a formação territorial e organização espacial local, neste caso a partir das categorias cidade, município e bacia hidrográfica.

4 O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo é um instrumento essencial para o geógrafo e é utilizado desde os primórdios da Geografia. Alentejano; Rocha-Leão (2006) evidenciam a diferentes visões sobre o trabalho de campo nas fases da geografia. No período positivista ele era essencial para a pesquisa geográfica e era basicamente utilizado para a descrição dos fenômenos naturais ou físicos. Na fase teórica-quantitativa (a partir da década de 1970), na qual a base matemática ganha grande importância para a Geografia, o trabalho de campo perde sua importância e é pouco utilizado nas pesquisas desse cunho. Por sua vez, na fase radical inicial da Geografia crítica (de matriz dialética-marxista) o trabalho de campo foi negado, pois tudo o que se remetia à Geografia tradicional descritiva (positivista) era reprovado. Contudo, recentemente o trabalho de campo ganha nova força e é cada vez mais utilizado pelos geógrafos e professores de geografia.

A partir deste resumo histórico deve-se considerar alguns pontos importantes sobre este instrumento metodológico. O trabalho de campo deve caracterizar-se como instrumento que não dissocia a teoria e a prática. Assim como afirmam Alentejano; Rocha-Leão (ibidem, 58) devemos compreender o trabalho de campo como uma ferramenta a serviço dos geógrafos, desde que articulada com a teoria, capaz de possibilitar a conexão da empiria com a teoria.

O trabalho de campo é um instrumento essencial para o ensino de Geografia, já que a partir da concepção anterior, analisou-se que a partir dele é possível (e imprescindível) articular a teoria ao mundo concreto e, portanto, promove a integração dos conteúdos e temas abordados em sala de aula ao cotidiano do estudante, com isso contribuindo para a construção de um conhecimento já que aquela prática tem significado para o mesmo. Nesse sentido Bachelli (2014, p. 210) endossa o discutido dizendo que essa metodologia é fundamental para a compreensão e a construção do conhecimento geográfico assim como para a articulação dos diferentes conteúdos escolares, pois aproxima o aluno da realidade para além do visível.

Sacramento (2014) a partir de suas pesquisas no ensino de Geografia e a cidade, bem com as possíveis práticas pedagógicas, também discorre sobre a importância do trabalho de campo em geografia no contexto escola:

A importância de se desenvolver um trabalho de campo é possibilitar a interação e a compreensão dos conceitos e conteúdos já apresentados em sala de aula com a descrição, a interpretação e análise na própria área de estudo, por meio de um roteiro direcionado que estimule o olhar crítico dos estudantes sobre os fenômenos e os objetos, parte da organização socioespacial da sociedade na cidade.

A partir de um planejamento tanto das aulas cômida saída de campo, eles observam e compreendem os elementos físicos, biológicos, sociais, culturais em diferentes espaços da cidade. (ibidem, ibidem, p.111)

Assim como citado anteriormente neste capítulo, o planejamento das ações é de suma importância para se realizar uma ação pedagógica. No caso do trabalho de campo não é diferente. Deve-se pensar o objetivo geral do campo e também os objetivos de cada parada. Por isso é necessário fazer um pré-campo antes da realização do trabalho de campo com os alunos, pois nele pode-se definir melhor as paradas e o que será abordado nelas. É imprescindível deixar claro que trabalho de campo não é um simples passeio, ao contrário ele deve conter também atividades e/ou instrumentos (mapas, imagens de períodos históricos, etc.) que possam estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre o espaço produzido e vivido.

Desta forma, sugere-se realizar o trabalho de campo em um local que tenha significado para os educandos para que os mesmos possam fazer o exercício de reflexão de sua própria realidade a partir da teoria e da prática. Este exercício se dá a partir da observação, comparação, dedução, reflexão, síntese e crítica.

Sabe-se que há uma infinidade de temáticas que podem ser focadas em um trabalho de campo, porém recomenda-se que sempre haja articulação no sentido das diferentes escalas do fenômeno e a não dissociação entre as ações humanas e físico-naturais.

O trabalho de campo foi realizado entre os bairros Santa Luiza (Goiabal), bairro onde localiza-se o Colégio, e o Centro. Os pontos foram escolhidos cuidadosamente e tinham relação direta com o tema central da pesquisa.

Segundo Bachelli (2014, p. 212), para que o trabalho seja significativo e produtivo é importante que seu roteiro e atividades sejam planejadas com antecedência e que permita o aluno indagar o que está sendo observado, logo deixa de ser observador e passa a ter uma visão crítica, pois o estudante consegue, assim, relacionar a prática com a teoria abordada pelo professor. Por isso, realizou-se um planejamento prévio e buscou-se articular as atividades pedagógicas anteriores, isto é, as oficinas, com o trabalho de campo.

A partir da relação entre o ensino e cidade, que a educação geográfica e o trabalho de campo possibilitam metodologias que promovam nos estudantes o desenvolvimento de uma consciência espacial e a compreensão dos seus espaços vividos (SACRAMENTO, 2014, p. 111). Neste sentido, articulado ao ensino da cidade e sua abordagem no campo, acrescenta-se a importância de se abordar a bacia hidrográfica como fenômeno espacial, parte integrante do espaço urbano.

Antes da realização do trabalho de campo com os alunos das turmas CN1001 e CN1002 do Colégio Estadual Maria Zulmira Torres, elaborou-se teoricamente campo e, posteriormente, realizou-se o pré-campo com a supervisão e orientação da Professora Doutora Ana Claudia Ramos Sacramento. Percorreu-se todo o percurso e foram feitos os apontamentos necessários para a realização trabalho prático com os estudantes duas semanas seguintes. O trajeto total foi de 1,5 km, cortando o bairro Santa Luiza, onde localiza-se a escola, e o Centro. Nesse contexto foram traçados os objetivos do campo:

- Compreender a organização da cidade de Cachoeiras de Macacu articulada ao trecho urbano da bacia hidrográfica do rio Macacu;
- Compreender e analisar os processos físico-naturais e humanos dos trechos urbanos dos rios Ganguri e Macacu a partir de uma visão integradora;
- Compreender os aspectos socioculturais em torno do rio Macacu;
- Realizar uma atividade escrita que seja de cunho crítico-reflexivo;
- Localizar e traçar o trajeto percorrido no trabalho de campo.

Em paralelo a isto, definiu-se no pré-campo 5 paradas estratégicas que daria subsídio lógico à realização do trabalho de campo, sendo elas: 1 - Rio Ganguri (rua Sen. Neves); 2 - Rio Ganguri

(rua J. G. Ledo); 3 - Praça Duque de Caxias (Centro); 4 - Rio Macacu (Centro); 5 -Praça Manoel Diz Martinez (Centro). Em média cada parada foi de 5-10 minutos.

Em cada ponto de parada do trabalho de campo, a partir da mediação e intervenção do pesquisador, exigia-se tarefas diferentes, de acordo com as características de cada local e com os objetivos pré-estabelecidos para a atividade.

- 1) Rio Ganguri: Rua Sen. Neves: Ponto mais próximo à escola. Nele os estudantes tiveram que identificar o rio e suas características, bem como sua percepção sobre a existência de mata ciliar no trecho abordado.
- 2) Rio Ganguri: Rua J. G. Lêdo: Nesse ponto os estudantes deveriam falar escrever a importância do rio Ganguri para o ser humano, bem como, a partir de sua percepção, considerar o nível de degradação do canal fluvial. Representar o espaço através de um desenho; delimitar a área da sub-bacia do rio Ganguri.
- 3) Praça Duque de Caxias (Centro): As tarefas dos estudantes eram identificar e representar os divisores das bacias hidrográficas locais e descrever o Centro da cidade a partir do que consideram mais relevante.
- 4) Rio Macacu (Centro): Os alunos deveriam identificar o rio, assim como sua nascente e foz, relatar suas características e suas funções. Além disso deveriam identificar as ações humanas no trecho da parada. É importante destacar o uso da planta do loteamento de uma parte do terreno de propriedade do snr. Andrinino José Marques e srna. Elvira de Araújo Marques espólio de José Affonso de Araújo (figura 4), representação cartográfica do ano de 1946 que retrata a região central da cidade. A partir dela os estudantes puderam perceber as mudanças e permanências no local, a partir da comparação das formas e dos objetos técnicos representados na carta e observados na paisagem naquele momento.
- 5) Praça Manoel Diz Martinez (Centro): No último ponto os alunos deveriam identificar na paisagem as mudanças e permanências do bairro em questão a partir da comparação com uma fotografia do local do ano de 1968, seguindo, portanto, a mesma linha de pensamento da representação cartográfica de 1946, pensado na parada anterior.

O trajeto do campo era relativamente extenso e apesar disso, os alunos saíram-se bem na tarefa, considerando, obviamente, algumas imprecisões cometidas pelos mesmos. Pode-se atribuir os pequenos erros, entretanto ao grau de detalhamento da imagem, como a rua Nicomedes Arruda (Centro), a qual margeia o rio Macacu, e ao fato de escolhermos uma rua que não é tão

conhecidas/frequentadas pelos educandos, a Gonçalves Lêdo, que margeia o rio Ganguri e liga o bairro da escola (Santa Luiza) ao centro da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu neste escrito o fazer Geografia está atrelado necessariamente aos possíveis questionamentos, descontentamentos e perplexidades diagnosticados. Nesse sentido, isso move o pesquisador em seu caminhar. Entretanto na própria pesquisa surgem mais perguntas, mais dúvidas e isso leva o investigador a trilhar caminhos que ele não imaginava em seu “ponto de partida”. Sai-se, então, de sua zona de conforto inicial e, em alguns casos, depara-se, confronta-se com situações-problema que inicialmente parecem intransponíveis e/ou contraditórias.

O trabalho de campo é uma metodologia eficaz ao processo de ensino-aprendizagem do estudante, visto que a partir dele reúne-se a teoria e a prática e consegue-se desenvolver a capacidade de observação, associação e análise do espaço, e, neste caso do espaço urbano macacuano. Os alunos tiveram, portanto, a capacidade de compreender a cidade a partir da mediação didática do pesquisador, de seus conhecimentos prévios, dos conceitos apreendidos nas aulas de geografia e na prática pedagógica adotada. Isso foi percebido através da participação dos alunos na atividade e nas respostas elaboradas por eles no questionário aplicado no campo.

Para que a prática do campo e a teoria fossem coesas e significativas para os educandos, cada ponto do trabalho foi cuidadosamente pensado, articulando-o desse modo à outras metodologias utilizadas pelo professor, como oficinas pedagógicas, produção audiovisual e jogos em sua sequência didática.

Já concluindo, considera-se que, para além do mencionado anteriormente, os estudantes das turmas CN1001 e CN1002, naquele momento futuros professores da educação infantil e 1º segmento do ensino fundamental, tiveram a possibilidade de entender a importância das diferentes metodologias para o ensino, neste caso a do trabalho de campo para o ensino da cidade e do rio, o que dá uma perspectiva para aplicarem esta metodologia aos seus alunos, adaptando, porém, a forma da condução e o conteúdo/tema abordado.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades IN: CARLOS, A. F. A. SOUZA, M. L. SPOSITO, M. E. B. (Org.) A



produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed. 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017, p. 19-39.

ALENTEJANO, P. R. R. ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos para os geógrafos ou um instrumento banalizado? IN: **Boletim paulista de Geografia**. São Paulo, p. 51-67, 2006.

AMANTINO, M. CARDOSO, V. M. Múltiplas alternativas: diversidade econômica da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu – século XVIII. IN: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. vol. 3, nº 5 Jul-Dez p. 77-106, 2008.

BATALHA, Jornal A. Uma Iniciativa monumental do Presidente Getúlio Varga: O saneamento da Baixada fluminense analisado pela imprensa brasileira. In: **Biblioteca Nacional Digital**. Rio de Janeiro – 01/05/1938. p. 3. <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=175102&pagfis=15051&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Data de acesso: abril de 2018.

BACHELLI, D. A potencialidade do trabalho de campo no ensino de geografia: a cidade e o urbano. IN: CASTELLAR, S. V. (Org.). **Geografia escolar contextualizando a sala de aula**. 1 ed. Curitiba-PR: CRV, 2014. p. 205-216.

CARDOSO, V. M. **Fazenda do colégio:** família, fortuna e escravidão no Vale Macacu – séculos XVIII E XIX. 1 Ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

CARDOSO, V. M. Não criado, desmembrado ou emancipado. A atípica constituição de um município fluminense. In: **Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO** São Gonçalo - Vol. 1 - Nº1 – 2016, p. 274 – 291.

CARDOSO, V. M. O problema do povo: a resistência da Câmara Municipal à erradicação da ferrovia em Cachoeiras de Macacu. IN: **Revista Tessituras**. nº 5, p. 133-147, 2015.

CARDOSO, V. M. Primeiras impressões: narrativas de três viajantes do século do XIX pelo Vale do Macacu. IN: **Pesquisa & Educação a distância**, v. 1, 2013, p. 1-28.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade:** ensaios para o ensino de geografia para a vida urbana e cotidiana. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.

LAMEGO, A. R. **O homem e a Guanabara**. 2ª ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia. 1964.

MACHADO, L. O. **Gente do Caceribu, sua Geografia, sua História**. 1998. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-gente-do-Caceribu-LOM.pdf>. Data de acesso: abril de 2018.



MARRETTO, R. M. Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura escravista no contexto da segunda escravidão. IN: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017, Anais... p. 1-10.

MORAIS, E. M. B. de. As temáticas físico-naturais e a cidade no ensino de Geografia. IN: SACRAMENTO, A. C. R. FRANÇA, C. da. FILHO, M. M. S. (Org.). **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 265-278.

PEREIRA, M. I. M. **Estudando município de Cachoeiras de Macacu**. 2ª ed. Graphexpress Gráfica e Editora LTDA, 2003.

SACRAMENTO, A. C. R. A mediação didática do estudo da cidade e o trabalho de campo: diferentes formas de ensinar Geografia. IN: CASTELLAR, S. V. (Org.): **Geografia escolar contextualizando a sala de aula**. 1 ed. Curitiba-PR: CRV, 2014. p. 103-117.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5ª ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª ed. 2 reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, C. A. da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. IN: SILVA, C. A da, CAMPOS, A. MODESTO, N. S. A. (Org.). **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 19-45.

SOUZA, V. G. M E. **Bacia Hidrográfica do rio Macacu e a cidade de Cachoeiras de Macacu: formas de ensinar Geografia**. 2018. 97f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2018.